SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Societe Generale Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertence ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 500 - West Tower - Torre B - 20º andar, Cj 2012
Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Clientes e Acionistas,
Em conformidade com às normas legais e estatutárias vigentes, a Administração do Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o Relatório de Auditoria dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Responsabilidade Socioambiental - Em conformidade com as diretrizes da Política Ambiental Global do Grupo Société Générale e com base nos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4945/2021, o Conglomerado reconhece a importância de sua responsabilidade quanto à questão socioambiental e climática na condução de seus negócios e atividades. O Grupo contribuiu para o desenvolvimento de uma metodologia que permite às instituições financeiras compreender melhor os riscos ambientais em suas atividades. Como membro ativo da Federação Bancária Europeia (EBF) e da Federação Bancária Francesa (FBF), o Grupo atua no sentido de promover a regulamentação adequada do financiamento sustentável e apoia as propostas regulatórias em matéria de financiamento sustentável. Os princípios socioambientais do Grupo Société Générale visam promover o desenvolvimento sustentável em parceria com as partes interessadas (clientes e colaboradores), através de uma relação ética e transparente, da preservação do meio ambiente para as gerações futuras e o respeito à diversidade. O Conglomerado, por meio do Instituto Société Générale de Responsabilidade Social, tem como missão valorizar e transformar vidas humanas por meio da "promoção gratuita da educação, capacitação profissional, esporte, saúde, preservação do meio ambiente, arte e cultura". As políticas de Responsabilidade Ambiental e Social encontra-se no endereço eletrônico do sitio no Brasil, respectivamente: https://societegeneralebrasil.com.br/site/responsabilidade-ambiental/ e https://societegenerale-brasil.com.br/site/responsabilidade-social/

Ouvidoria e Canal de Denúncias - Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Grupo Société Générale designou o Canal de Ouvidoria a seus clientes (constituído em cumprimento à Resolução CMN nº 4.860/20) e o Canal de Denúncias aos seus funcionários, por meio do qual possa ser utilizado, sem a necessidade de se identificarem, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às suas atividades. Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet e intranet do banco no Brasil. Canal de Denúncias: https://societegeneralebrasil.com.br/site/canal-de-denuncias/. A Administração do Grupo Société Générale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 23 de Fevereiro de 2023
Administradores
ROBERTO LUIS MARTINELLI DE OLIVEIRA
CYRIL DESIRE ALBERIS ANDRE (Responsável pela Contabilidade)
Contador
FÁBIO PAVANELLI FREDERICO - CRC - 1SP300531

BALANÇOS PATRIMONIAIS - (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	6	723	284
Instrumentos Financeiros		85.388	90.425
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	7a	85.388	90.425
Operações de Arrendamento Mercantil	8	187.953	200.872
Arrendamento Mercantil Financeiro		187.953	200.773
Arrendamento Mercantil Operacional		-	99
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(9.116)	(12.404)
(-) Provisão para Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(9.116)	(12.404)
Outros ativos		12.173	29.689
Diversos	10a	12.173	29.689
Imobilizado de Uso		105	73
Outras Imobilizações de Uso		894	906
(-) Depreciações Acumuladas		(789)	(833)
Imobilizado de Arrendamento Operacional		-	12.584
Bens Arrendados	11	-	17.918
(-) Depreciações Acumuladas	11	-	(5.334)
Intangível		17	48
Licenças de Uso - Software		659	659
(-) Amortização de Licença de Uso - Software		(642)	(611)
TOTAL DO ATIVO		**277.243**	**321.571**

PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos e demais instrumentos financeiros		123.363	126.541
Depósitos Interfinanceiros Ligadas	13a	116.100	86.602
Empréstimos no Exterior	14a	7.263	39.939
Provisões		47.566	88.177
Fiscais e Previdenciárias	10b	3.142	19.212
Diversas	10c	44.424	68.965
Provisões para contingências	10c e 22	17.291	17.499
Outros passivos		325	798
Descontos Obtidos a Diferir	15	325	798
Obrigações fiscais diferidas	12c	6.726	5.894
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**81.972**	**82.661**
Capital Social	16a	84.398	84.398
Reservas de Capital		1.291	1.364
Reserva Legal		273	273
Lucros Acumulados		(3.990)	(3.374)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**277.243**	**321.571**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$) - Exceto o lucro por ações

	Nota explicativa	2022 2° Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**12.741**	**24.780**	**52.496**
Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil	8	7.446	15.205	47.604
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7b	5.295	9.575	4.891
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	1
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**(3.529)**	**(4.521)**	**(6.695)**
Operações de Captações no Mercado	13b	(5.348)	(9.228)	(6.647)
Operações de Empréstimos e Repasses	14a	(102)	1.635	(3.193)
Reversão de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9	1.921	3.072	3.145
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**9.212**	**20.259**	**45.801**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(10.687)**	**(18.015)**	**(44.710)**
Rendas de Tarifas Bancárias		32	58	73
Despesas de Pessoal		(6.253)	(14.290)	(12.829)
Outras Despesas Administrativas	18	(3.680)	(7.160)	(7.089)
Despesas Tributárias		(1.497)	(3.466)	(7.130)
(Constituição)/ Reversão com Contingências	22b	(492)	208	(17.499)
Outras Receitas Operacionais	19	1.473	7.601	3.697
Outras Despesas Operacionais	20	(270)	(966)	(3.933)
RESULTADO OPERACIONAL		**(1.475)**	**2.244**	**1.091**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		**(1)**	**(1)**	**-**
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		**(323)**	**(2.026)**	**(2.308)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		**(1.799)**	**217**	**(1.217)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	**(917)**	**(833)**	**(2.157)**
Imposto de Renda Corrente		-	-	(13.186)
Contribuição Social Corrente		-	-	(3.486)
Passivo Fiscal Diferido		(917)	(833)	14.515
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		**(2.716)**	**(616)**	**(3.374)**
PREJUÍZO POR AÇÕES - R$		**-0,88**	**-0,20**	**-1,10**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**134.398**	**1.330**	**273**	**-**	**136.001**
Redução de Capital		(50.000)	-	-	-	(50.000)
Plano de Pagamento Baseado em Ações		-	34	-	-	34
Prejuízo no Exercício		-	-	-	(3.374)	(3.374)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**84.398**	**1.364**	**273**	**(3.374)**	**82.661**
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022		**84.398**	**1.276**	**273**	**(1.273)**	**84.674**
Plano de Pagamento Baseado em Ações	21	-	16	-	-	16
Prejuízo no Exercício		-	-	-	(2.717)	(2.717)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		**84.398**	**1.292**	**273**	**(3.990)**	**81.973**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**84.398**	**1.364**	**273**	**(3.374)**	**82.661**
Plano de Pagamento Baseado em Ações		-	(73)	-	-	(73)
Prejuízo no Exercício		-	-	-	(616)	(616)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		**84.398**	**1.291**	**273**	**(3.990)**	**81.972**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2022 2° Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre/ Exercício		(2.716)	(616)	(3.374)
Ajustes que não afetam o Fluxo de Caixa		(9.413)	(13.174)	63.777
Depreciações e Amortizações		(5.154)	(5.347)	2.649
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	8	(3.745)	(3.456)	58.061
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12c	917	833	(14.515)
Variação Cambial de Empréstimos	14	(230)	(2.722)	1.608
Juros sobre Empréstimos	14	332	1.087	1.585
Constituição/(Reversão) de Contingência	22	492	(208)	17.499
Ajustes de marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos		-	-	1
Plano de Pagamento Baseado em Ações	21	16	(73)	34
Provisão para Operações de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	9	(2.041)	(3.288)	(3.145)
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre/ Exercício Ajustado		(12.129)	(13.790)	60.403
Variação de Ativos e Obrigações		14.730	27.340	(41.160)
(Aumento)/ Redução em Operação de Arrendamento Mercantil		11.395	16.374	17.824
(Aumento)/ Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		123	5.037	17.362
(Aumento)/ Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	782
(Aumento)/ Redução de Outros Créditos		829	17.515	(9.241)
Aumento/ (Redução) em Outras Obrigações		3.065	(37.019)	(20.767)
Aumento/ (Redução) em Depósitos Interfinanceiros		1.060	29.498	(40.154)
Aumento/ (Redução) em Resultado de Exercícios Futuros		(173)	(471)	(1.208)
Impostos pagos		(1.569)	(3.594)	(5.758)
Caixa Líquido proveniente das Atividades Operacionais		2.601	13.550	19.243
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento		14.297	17.918	-
Alienação de Imobilizado de Uso		12	12	
Caixa Líquido usado nas Atividades de Investimento		14.309	17.930	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos pagos		-	-	(262)
Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(16.315)	(31.041)	(18.849)
Caixa Líquido investido nas Atividades de Financiamento		(16.315)	(31.041)	(19.111)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**595**	**439**	**132**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	6	**128**	**284**	**152**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	6	**723**	**723**	**284**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2022 2° Semestre	2022 Exercício	2021 Exercício
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		**(2.716)**	**(616)**	**(3.374)**
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos:		16	(73)	34
Plano de Benefícios	21	16	(73)	34
Pagamento baseado em ações		16	(73)	34
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO		**(2.700)**	**(689)**	**(3.340)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - (Em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Société Générale Equipment Finance S/A - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") tem por objeto social a prática das operações de arrendamento mercantil definidas pela Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, tendo certas operações a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), no que forem aplicáveis. A Resolução BCB n°2, de 12 agosto de 2020 consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. A norma prevê ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 23 de fevereiro de 2023.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: **a) Apuração do resultado -** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, ou taxa de juros compostos, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear, ou taxa de juros simples. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Disponibilidades -** São representados por disponibilidades em moeda nacional cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Instrumentos financeiros -** i) Depósitos Interfinanceiros. De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 30 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, segundo a intenção da Administração, conforme segue: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado, e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **d) Operações de Arrendamento Mercantil -** A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme seguem: **d.1) Arrendamento Mercantil Financeiro -** As operações de arrendamento mercantil financeiro são registradas a valor presente, e as contas que compõem o saldo são descritas abaixo: i. Arrendamento a receber - Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como "Receitas da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil" pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. ii. Rendas a apropriar - São atualizadas na forma do "Arrendamento a receber", sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. iii. Imobilizado de arrendamento - É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de "Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil". iv. Valores residuais garantidos - Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". v. Perdas de arrendamento a amortizar - Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. vi. Superveniência ou insuficiência de depreciação - De acordo com a Circular nº 1.429 de 20 de janeiro de 1989, é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando a taxa interna de retorno de seu respectivo contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e das operações de arrendamento, registrando a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, como receita na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil" e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **d.2) Arrendamento Mercantil Operacional -** i. Arrendamento Operacional a Receber - Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. ii. Rendas a apropriar - Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. As rendas das operações de arrendamento que estiverem vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. iii. Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional - Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento Mercantil Operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato. Essa depreciação é contabilizada a débito de "Resultado de Operações de Arrendamento Mercantil". **e) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito -** As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 de 22 de dezembro de 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Conforme instruções do BACEN, a Sociedade contabiliza provisão adicional de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação as perdas calculadas no ECL (Expected Credit Loss) da Matriz. As provisões calculadas pela Matriz e Locais são comparadas trimestralmente por cliente e quando a provisão da Matriz for maior é constituído o valor da diferença no resultado local. **f) Intangível -** Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico e, estão sujeitos ao teste de recuperabilidade, de acordo com critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008. **g) Obrigações por empréstimos -** São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **h) Atualização monetária de direitos e obrigações -** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do semestre. **i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes aprovado pela Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2019. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **j) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% acrescida de 10% sobre o lucro real ajustado anualmente, apurado mensalmente de acordo com a legislação fiscal vigente. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 16% sobre o lucro ajustado mensalmente de acordo com a legislação fiscal vigente. **k) Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)* -** Conforme definido pela Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, uma perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. **l) Partes relacionadas -** As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 05 Divulgação sobre Partes Relacionadas. **m) Uso de estimativas contábeis -** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **n) Resultado por ação -** A divulgação do lucro líquido por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações. **o) Plano de pagamento baseado em ações -** O plano de pagamento baseado em ações, está classificado como instrumento patrimonial, calculada com base no valor da ação do Grupo SG, atualizado pelo EUR na data do fechamento, e é reconhecido no resultado durante o período de carência em contrapartida da conta de "reserva de capital" no patrimônio líquido, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 Pagamento Baseado em Ações. **p) Resultado recorrente e não recorrente -** A divulgação dos resultados recorrentes e não recorrentes são efetuados em consonância a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, que determinou a apresentação em Nota explicativa de forma segregada os resultados que não estejam relacionados ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A Administração possui em política a relação de atividades consideradas atípicas e monitora semestralmente o resultado destas atividades. Entende-se como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve resultado não recorrente de R$ 15mil, relacionado a venda de imobilizado de uso, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve resultado não recorrente de R$ 20mil, relacionado a venda de equipamento no encerramento de contrato de arrendamento mercantil. **q) Normas de aplicação futura -** 1. Resolução CMN Nº 4.966 de 25 de novembro de 2021. Em 25 de novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN Nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A normativa estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa normativa. E, conforme Art. 76, Parágrafo Único, Inciso II, o plano para a implementação deve ser apresentado de forma resumida. Por sua vez, o plano para a implementação foi devidamente aprovado em Ata de Reunião de Diretoria, realizada em 13 de dezembro de 2022. 1.1 Plano para a Implementação - Para a elaboração do plano para a implementação, foram avaliados o cenário atual da instituição, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização. Entretanto, como o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares, necessárias à execução do referido normativo, entre outros, sobre o método simplificado para amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para adoção pela abordagem completa da PECLD, este plano poderá ser revisto pela instituição. A seguir, encontram-se listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação: • capacitação da equipe; • classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPPJ); • reclassificação de ativos financeiros; • classificação de passivos financeiros; • custos de transação; • ativos com problemas de recuperação de crédito; • provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e • evidenciação. Observa-se que para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos: • Cenário Atual: como a instituição trata as informações de acordo com a regulamentação vigente; • Proposta: o que a instituição entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma; • Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela instituição, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução; • Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e • Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS - O processo de Gerenciamento de Riscos é realizado de forma integrada e consolidada no Brasil pelo Banco Société Générale Brasil S.A. O nível de risco aceitável na condução dos negócios está estabelecido na RAS (Risk Appetite Statement) para o Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil, de acordo com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, serviços e atividades, e em conformidade com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Os indicadores dos riscos são produzidos e formalmente reportados pelas unidades especializadas na gestão de cada tipo de risco, de forma independente das unidades de negócios. A área de Gestão Integrada dos Riscos monitora estes indicadores mensalmente para garantir que a exposição não ultrapasse os limites e as métricas estabelecidas na RAS, e reporta eventuais excessos ao Diretor de Riscos e aos Membros do Comitê de Riscos. O relatório completo sobre a Gerenciamento de Riscos requerido pela Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, que não fazem parte da Demonstrações Financeiras, está disponível no endereço eletrônico: www.sgbrasil.com.br. **I. Risco de crédito**: Em linha com as melhores práticas, o Gerenciamento de Risco de Crédito é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira.

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022, a carteira não registrou deterioração. A instituição registrou redução em sua despesa de PDD, uma vez que o nível de atrasos foi baixo e os clientes que renegociaram vem realizando os pagamentos de acordo com o novo fluxo estabelecido. **II. Risco de mercado**: É o risco que consiste na possibilidade de ocorrência de perda resultante da oscilação de preços e taxas de mercado em função de descasamentos de prazos, moedas e indexadores nas posições detidas pelo Conglomerado Prudencial do Société Générale Brasil. São classificadas como fonte de risco de mercado as operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Todas as operações existentes no BSGB são consideradas para efeito de Gerenciamento de Risco de Mercado, exceto as operações vinculadas aos recursos provenientes do capital. As técnicas de mensuração utilizadas para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir: **(a) Técnicas de Mensuração de Risco de Mercado - i. Valor em Risco (Value at Risk) -** O VaR é uma estimativa baseada em estatística de perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Ele expressa o valor "máximo" que o Conglomerado pode perder, levando em conta um nível de confiança (99%). Existe, portanto, uma probabilidade estatística (100% - 99%) de que as perdas reais possam ser maiores do que a estimativa baseada no VaR. Este modelo pressupõe um "período de manutenção das posições" (1 dia). Além disto, pressupõe também que a movimentação ocorrida ao longo deste período seguirá um padrão similar ao das movimentações que tenham ocorrido ao longo de períodos de 260 dias úteis no passado, ou seja 1 ano. O VaR é utilizado para a mensuração de risco como, por exemplo, das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real. Os limites estabelecidos são diariamente monitorados pela Área de Risco de Mercado do Conglomerado. **ii. Análise de Sensibilidade -** A Análise de Sensibilidade visa mensurar o risco de mercado das operações financeiras da carteira de negociação sujeitas à variação das taxas de juros nacionais e internacionais. A análise consiste em verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Tal medida é internacionalmente conhecida, dentre outras denominações, por DV01 (dolar-value ou delta-value for one basis-point), PV01 ou PVBP (present value of a basis-point) ou Monetary Duration. Nos controles e relatórios de risco gerados diariamente pela área de Risco de Mercado do Conglemerado, a metodologia de "Análise de Sensibilidade" é aplicada considerando uma oscilação de 10 basis-point (isto é, 0,10%) nas taxas de juros locais, também nas taxas de juros internacionais. Para monitorar a conformidade em relação aos limites definidos, o resultado obtido a partir da aplicação do choque de 10 basis-points em cada fator de risco (ou seja, taxa de juros em reais e taxas de juros em moeda estrangeira) é comparado aos limites de sensibilidade pré-estabelecidos pela área de risco de mercado e aprovados pelo Comitê de Riscos de Mercado e Liquidez. **iii. Testes de estresse -** Com o objetivo de estimar a possível perda não contemplada pelo VaR, a Área de Risco de Mercado do Conglomerado avalia diariamente os possíveis impactos nas posições em cenários extremos. O teste de estresse é uma ferramenta que busca quantific

continuação

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Societe Generale Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil

(pertence ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 62.816.426/0001-75
Alameda Rio Negro, 500 - West Tower - Torre B - 20º andar, Cj 2012
Alphaville Empresarial
CEP 06454-000 - Barueri - SP
Telefone: 0xx11 2666-2281
www.sgef.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

b) Composição de valor presente de arrendamento financeiro por vencimento

	31.12.2022		31.12.2021	
Prazo	Valor	%	Valor	%
Vencidas até 14 dias	57	0,0%	109	0,1%
Vencidas a partir de 15 dias	385	0,2%	399	0,2%
A vencer até 3 meses	21.168	11,3%	29.421	14,7%
A vencer de 3 a 12 meses	55.292	29,4%	57.698	28,7%
A vencer de 1 a 3 anos	90.149	48,0%	91.104	45,4%
A vencer de 3 a 5 anos	20.902	11,1%	22.015	11,0%
A vencer de 5 a 15 anos	-	0,0%	27	0,0%
Total	187.953	100,0%	200.773	100,0%

c) Composição de valor presente do arrendamento mercantil financeiro por atividade

	31.12.2022		31.12.2021	
Setor Privado	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Indústria	52.258	27,8%	51.503	25,7%
Comércio	15.508	8,3%	25.235	12,6%
Instituição Financeira	21.917	11,7%	30.862	15,3%
Outros Serviços	98.270	52,3%	93.173	46,4%
Total	187.953	100,0%	200.773	100,0%

d) Composição do valor presente de arrendamento financeiro por maiores devedores

	31.12.2022	31.12.2021
Principal devedor	31.199	29.337
10 seguintes maiores devedores	86.597	88.747
20 seguintes maiores devedores	40.841	43.518
50 seguintes maiores devedores	26.988	32.599
100 seguintes maiores devedores	2.328	6.572
Total	187.953	200.773

e) Bens arrendados – Arrendamento mercantil financeiro

	Taxa anual de Depreciação (%)	31.12.2022	31.12.2021
Máquinas e equipamentos	14,29%	306.257	301.835
Equipamentos de informática	28,57%	23.305	53.352
Veículos e afins	28,57%	-	10.152
Aeronaves	28,57%	12.962	41.686
Depreciação acumulada		(165.171)	(221.642)
Total		177.353	185.383
Superveniência de depreciação (nota 8a)		26.905	23.575
Perdas em arrendamento a amortizar líquidas (nota 8a)		15.176	22.678

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL. a) Composição do saldo dos contratos de arrendamento operacional

	31.12.2022	31.12.2021
Arrendamentos a receber - setor privado	-	2.608
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	-	(2.509)
Total	-	99

b) Composição do arrendamento operacional por vencimento

	31.12.2022		31.12.2021	
Prazo	Valor	%	Valor	%
Vencidos até 14 dias	-	-	99	3,8%
A vencer até 3 meses	-	-	861	33,0%
A vencer de 3 a 12 meses	-	-	1.648	63,2%
A vencer 1 a 3 anos	-	-	-	-
Total	-	-	2.608	100,0%

c) Composição do arrendamento operacional por atividade:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Valor	Percentual sobre o Total	Valor	Percentual sobre o Total
Setor privado	-	-	-	-
Outros serviços	-	100,0%	2.608	100,0%
Total	-	100,0%	2.608	100,0%

RESULTADO DE OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

	2022		2021
	2° semestre	Exercício	Exercício
Receita de arrendamento	44.099	97.693	173.058
(Insuficiência) / Superveniência de depreciação	3.745	3.456	(58.061)
Despesa de depreciação de bens arrendados	(32.941)	(65.094)	(73.343)
Outras (despesas) / receitas de arrendamento	(7.457)	(20.850)	5.950
Total	7.446	15.205	47.604

9. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO - O risco da carteira de arrendamento mercantil, a valor presente, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682 de 22 de dezembro de 1999, estavam assim distribuídos: (*) Valor de provisão adicional é referente ao ajuste de ECL calculado pela Matriz, contabilizado seguindo instruções do BACEN.

		31/12/2022				31/12/2021			
Nível de Risco	Percentual de Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão	Curso Normal	Vencido	Total da Carteira	Provisão
AA	-	31.199	-	31.199	-	24.762	-	24.762	-
A	0,50%	25.372	-	25.372	127	38.225	-	38.225	191
B	1,00%	102.599	31	102.630	1.026	105.593	27	105.620	1.056
C	3,00%	20.084	101	20.185	606	22.288	43	22.331	670
D	10,00%	1.071	-	1.071	107	238	17	255	25
E	30,00%	226	-	226	68	2.056	81	2137	641
F	50,00%	0	-	0	-	463	-	463	233
G	70,00%	291	-	291	204	-	-	-	-
H	100,00%	6.669	310	6.979	6.978	9.248	340	9.588	9.588
Provisão mínima		187.511	442	187.953	9.116	202.873	508	203.381	12.404
Provisão adicional (*)					27				1.398
Total					9.143				13.802

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2022		2021
	2° Semestre	Exercício	Exercício
Saldo Inicial	11.157	12.404	15.549
(Reversão) / Constituição	(1.921)	(3.072)	(3.145)
Créditos baixados para prejuízo	(120)	(215)	-
Saldo final	9.116	9.116	12.404
Constituição/(Reversão) adicional	27	27	1.398
Curto prazo		3.730	5.414
Longo prazo		5.386	6.990

10. OUTROS ATIVOS E PROVISÕES - a) Outros ativos

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos a compensar	11.624	28.796
Adiantamento e antecipações salariais	54	71
Devedores diversos no país	188	18
Despesas antecipadas	262	760
Outros	45	44
Total	12.173	29.689
Curto prazo	3.287	18.811
Longo prazo	8.886	10.878

b) Provisões - fiscais e previdenciárias

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para impostos e contribuições	-	16.672
Impostos e contribuições a recolher	3.142	2.540
Total	3.142	19.212
Curto prazo	3.142	17.564
Longo prazo	-	1.648

c) Provisões diversas

	31.12.2022	31.12.2021
Fundo de reserva de financiamento	38.346	56.725
Provisão para riscos fiscais	16.774	16.774
Provisão para riscos trabalhistas	-	700
Provisão para riscos cíveis	516	25
Despesas de pessoal	4.656	5.144
Valores a pagar a sociedade ligada (nota 17a)	76	63
Credores diversos – fianças (nota 17)	-	73
Credores diversos	43	328
Provisão adicional ECL (*)	27	1.938
Provisão para pagamentos a fornecedores	721	814
Outras	555	3.881
Total	61.715	86.465
Curto prazo	54.840	77.883
Longo prazo	6.875	8.582

(*) Valor de provisão adicional referente ao ajuste calculado para a Matriz

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO - Bens arrendados – Arrendamento mercantil operacional

	Taxa anual de Depreciação (%)	31.12.2022	31.12.2021
Máquinas e equipamentos	28,57%	-	17.918
Depreciação acumulada		-	(5.334)
Total		-	12.584

O seguro dos bens arrendados é efetuado pelos arrendatários, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2022	2021	2022	2021
(Prejuízo)/Lucro antes do IRPJ e da CSLL	217	(1.217)	217	(1.217)
Alíquota vigente	25%	25%	16%	20%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(54)	304	(35)	243
Outros	(71)	(133)	(45)	(106)
Resultado com marcação a mercado	-	(9)	-	(7)
Provisão para devedores duvidosos	768	786	492	629
Provisão de contingências	52	(4.375)	33	(3.500)
Outras diferenças temporárias	720	(930)	461	(744)
Superveniência	864	(14.515)	-	-
(Imposto de Renda e Contribuição Social) / Base Negativa de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(18.872)	-	(3.485)
Compensação de prejuízo fiscal	-	5.662	-	-
Imposto de renda – alíquota adicional	24	24	-	-
Total de IRPJ e CSLL corrente	-	(13.186)	-	(3.485)
Imposto diferido sobre superveniência	6.726	5.894	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	6.726	(7.292)	-	-

b) Constituição do imposto de renda diferido

	31.12.2022	31.12.2021
Superveniência de depreciação (nota 8a)	26.905	23.574
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Constituição sobre diferenças temporárias	6.726	5.894

O valor constituído de passivo fiscal diferido refere-se a 25% de IR sobre o saldo final do ativo de Superveniência/Insuficiência de depreciação de bens objeto de operações de arrendamento mercantil. No exercício findo em 30 de dezembro de 2022, a entidade possui o saldo de Provisão para riscos fiscais (Nota 22) de R$ 16.774, o qual não foi constituído ativo fiscal diferido devido a não previsibilidade de execução da ação nos próximos 10 anos, conforme Resolução CMN n° 4.842 de 30 de julho de 2020. **c)** Movimentação do imposto de renda diferido

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	5.894	20.409
Adições / (Reversões)	833	(14.515)
Saldo final	6.726	5.894

13. DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS - a) O saldo de depósitos interfinanceiros refere-se às captações em CDI Pré e Pós junto a instituição líder do Conglomerado.

	31.12.2022	31.12.2021
Depósito interfinanceiro ligada (nota 17a)	116.100	86.602
Total	116.100	86.602
Curto prazo	38.474	25.962
Longo prazo	77.626	60.640

b) Resultado de captação no mercado

	2022		2021
	2° semestre	Exercício	Exercício
Operações de captação no mercado (nota 17a)	(5.348)	(9.228)	(6.647)

14. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS - Segregação empréstimos no país e exterior

	2022			2021	
Empréstimos:	Exercício Patrimonial	2° semestre Resultado	Exercício Resultado	Exercício Patrimonial	Exercício Resultado
Obrigações por empréstimos no País	-	-	-	-	(257)
Obrigações por empréstimos no exterior – não ligadas (i)	-	(235)	(817)	13.435	(797)
Obrigações por empréstimos no exterior – ligadas (i) (nota 17a)	7.263	133	2.452	26.504	(2.139)
Obrigações por empréstimos	7.263	(102)	1.635	39.939	(3.193)
Curto prazo	2.075			32.175	
Longo Prazo	5.188			7.764	
	7.263			39.939	

i) Captações no Exterior - A Sociedade, no curso normal de seus negócios, possui operações denominadas em moeda estrangeira, decorrentes de obrigações por empréstimos, captados junto à matriz no exterior do grupo Société Générale – Paris, com vencimentos até 2026, sujeitos à variação cambial e juros de até 4,51% a.a. e que estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos. Em 24 de novembro de 2017, a Sociedade captou empréstimo com o International Finance Corporation – IFC, no montante de R$ 66.085, com taxas praticadas no mercado. O vencimento e a última parcela do contrato foi realizado em 15 de outubro de 2022. Segregação Variação Cambial e Juros

	2022		2021
	2° semestre	Exercício	Exercício
Variação Cambial	230	2.722	(1.608)
Juros	(332)	(1.087)	(1.585)

15. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS - Refere-se ao diferimento de desconto comercial obtido junto aos fornecedores, oriundos de operações de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2022 foi registrado o montante de R$ 325mil (R$ 798mil em 31 de dezembro de 2021).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - a) Capital Social - O Capital Social é de R$ 84.398mil (R$ 84.398mil em 31 de dezembro de 2021), representado por 3.075.174 ações (3.075.174 em 2021), sendo 1.537.587 ações ordinárias e 1.537.587 ações preferenciais, sem valor nominal, pertencentes à acionista domiciliado no País. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém terão prioridade no caso de reembolso do Capital. Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de maio de 2021 a redução do capital social da companhia em R$ 50.000mil. O pagamento ao acionista foi efetuado em 31 de agosto de 2021, após a aprovação do Banco Central do Brasil. **b) Reserva Legal -** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social realizado ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Sociedade não constituiu reserva legal. **c) Reservas Estatutárias -** Devido ao prejuízo acumulado apurado, a Sociedade não destinou parte do resultado do semestre para reservas estatutárias. **d) Dividendos -** Conforme previsto no estatuto da Sociedade, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 1% sobre o lucro líquido anual, conforme AGE aprovada em 17 de dezembro de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi constituído R$ 612mil em reserva de lucros referentes a dividendos obrigatórios não distribuídos, conforme conf. Art. 1º da Resolução CMN nº 4.885, de 23 dezembro de 2020, que permite a distribuição de no máximo 30% do resultado.

17. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS - a) As transações com partes relacionadas decorrem transações realizadas nas mesmas condições de mercado e que apresentam os seguintes saldos:

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Disponibilidades	711	22	-	-
Aplicações interfinanceiras (notas 7a e 7b)	85.388	90.425	9.575	4.891
Outras obrigações diversas (nota 10c)	(76)	(63)	-	-
Depósitos interfinanceiros (notas 13a e 13b)	(116.100)	(86.602)	(9.228)	(6.647)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	1
Outras despesas administrativas (nota 18)	-	-	(850)	(810)
Société Générale – Paris				
Credores diversos – Fianças	-	(73)	(5)	(97)
Obrigações por empréstimos no exterior	7.263	(26.504)	2.452	(2.139)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - O montante global anual pago a título de remuneração dos diretores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 1.857 (R$ 1.444 em 2021).

Composição do montante pago aos Diretores

	31.12.2022	31.12.2021
Proventos	2.296	1.188
Contribuição ao INSS	570	256
Total	2.866	1.444

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há na Sociedade nenhum benefício definido pós-emprego. Outras informações: I - Conforme legislação em vigor, a Sociedade não concede empréstimos ou adiantamento para: **a)** Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; **b)** Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e **c)** Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a própria Sociedade, quaisquer diretores ou administradores da própria Sociedade, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com serviços do sistema financeiro	(4)	(8)	(10)
Despesas com serviços técnicos especializados	(932)	(1.958)	(1.677)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(54)	(100)	(85)
Despesas de arrendamento de bens	-	-	(196)
Despesas de aluguéis	(434)	(864)	(763)
Despesas de processamento de dados	(801)	(1.367)	(1.114)
Despesas com viagens	(191)	(303)	(176)
Despesas com transportes	(132)	(183)	(80)
Despesas com serviços administrativos prestados - ligada (nota 17a)	(445)	(851)	(810)
Despesas com amortização e depreciação	(18)	(58)	(89)
Despesas de comunicações	(52)	(110)	(106)
Despesas com promoções e relações públicas	(47)	(54)	(143)
Despesas com seguros	(74)	(106)	(37)
Despesas com serviços de terceiros	(344)	(861)	(1.202)
Despesas com entidade de classe	(47)	(94)	(86)
Despesas com material	(17)	(24)	(85)
Despesas com contribuições filantrópicas	(38)	(76)	(94)
Outras	(50)	(142)	(336)
Total	(3.680)	(7.160)	(7.089)

19. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2022		2021
	2° semestre	Exercício	Exercício
Receita de juros sobre créditos tributários	534	1.050	485
Receita de juros e multas	59	311	526
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	36	137
Reversão de provisões operacionais	865	6.100	2.525
Outras	15	104	24
Total	1.473	7.601	3.697

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2022		2021
	2° Semestre	Exercício	Exercício
Despesa com serviços técnicos especializados	(115)	(115)	(1.389)
Descontos concedidos	(7)	(19)	(60)
Despesas com publicação	-	(6)	(66)
Provisão adicional ECL (*)	(79)	(618)	(1.938)
Outras	(69)	(208)	(479)
Total	(270)	(966)	(3.933)

(*) Valor de provisão adicional é referente ao ajuste de ECL calculado pela Matriz, contabilizado seguindo instruções do BACEN.

21. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES - O Société Générale - Paris oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários da Sociedade planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. Os planos de ações livres e diferidas são liquidados com entrega de ações do Société Générale - Paris. A seguir, demonstramos os valores de posição e movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, contabilizados na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	2022		2021
	2° semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	663	752	718
Constituição	16	(73)	34
Saldo Final	679	679	752

22. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - A Sociedade é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões são constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Sociedade provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. **a) Saldo das provisões constituídas:** Classificadas como perda provável:

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para riscos trabalhistas	-	(700)
Provisão para riscos fiscais	(16.774)	(16.774)
Provisão para riscos cíveis	(516)	(25)
Total	(17.291)	(17.499)

b) Movimentação das contingências:

	2022		2021
	2° semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	(16.799)	(17.499)	-
(Reversão)/ Adição	(492)	208	17.499
Saldo Final	(17.291)	(17.291)	17.499

Fiscais: Relacionada ao julgamento da ADPF autuada sob nº 189 discutida com a Prefeitura de Barueri, referente a cobrança de ISS no período de 2016 e 2017. Cíveis: O processo cível foi contingenciado considerando a possiblidade de perda provável na ação judicial de reparação de danos. A ação de caráter condenatória proposta por cliente, pleiteia a restituição de quantias pagas a título de antecipação de VRG, bem como ao pagamento de custas e despesas processual e honorários advocatícios, atribuindo-se como provável o valor de condenação em R$492. **Passivos contingentes classificados como risco de perda possível -** Trabalhistas: O processo classificado como possibilidade de perda possível no valor da causa de R$ 396 foi apresentado por ex-funcionário. Os pedidos judicialmente apresentados se sumarizam em: vínculo com entidade do Conglomerado; horas extra e seus reflexos, por equiparação à condição de bancário. Nas ações trabalhistas relativas as causas consideradas semelhantes, a provisão é constituída com base histórica nas eventuais condenações. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência, de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos externos. Cíveis: São ações de caráter revisional e condenatória. A ação de caráter revisional proposta por cliente, pleiteia a manutenção da posse de objeto de arrendamento mercantil, rediscussão dos encargos financeiros no valor de R$ 243.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES - A Medida Provisória n° 1115, de 2022 determina a alteração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, passando de 15% para 16%, para o período de 01 de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022. Em fevereiro de 2023, foi realizado o depósito judicial no valor de R$ 1.038, referente ao processo de restituição de valores. Seguimos com o prognóstico de perda provável de R$ 492 (já provisionado) e o valor do depósito judicial está sob discussão jurídica.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e aos Administradores da **Société Générale Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil.**

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Société Générale Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Société Générale Equipment Finance S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

EY
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marília Nascimento Soares
Contadora CRC - SP 301194/O-9

DIRETORIA

Roberto Martinelli de Oliveira – **Presidente** Cyril Alberis Desire André – **Vice-Presidente**
Fábio Pavanelli Frederico - CRC 1SP300531 - **Contador**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 24/02/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/24/SGEQUIPMENT1567855724022023.pdf
Hash:1677191642c884592c8e9d486aa2075cd7b8fa600b